

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
BACHARELADO EM PSICOLOGIA

**ENTRE O HORROR E O FASCÍNIO: QUANDO O ESTRANHO NOS É
FAMILIAR**

Alice Silva Umpierre

Orientadora Prof^ª Dr^ª Simone Zanon Moschen

PORTO ALEGRE

2014

ALICE SILVA UMPIERRE

**ENTRE O HORROR E O FASCÍNIO: QUANDO O ESTRANHO NOS É
FAMILIAR**

Trabalho de conclusão de curso
apresentado ao Instituto de
Psicologia da Universidade Federal
do Rio Grande do Sul como parte
dos requisitos para obtenção do grau
de Bacharel em Psicologia.

Orientadora: Profª Drª Simone Zanon Moschen

PORTO ALEGRE

2014

A Gabriel, que produziu-me psicóloga.

Agradecimentos

À Simone Moschen, pela incrível fineza de sua escuta, que soube escutar de mim o que eu nem sabia que havia dito. Pela delicadeza e precisão de suas palavras, pelo acompanhar sereno e presente. Por ter se tornado imprescindível. Muito obrigada!

À Aline, Luiz e Eduardo, que compartilharam comigo as suas belíssimas histórias, e ajudaram a construir a minha. Por terem se tornado bons amigos.

À Cláudia Bechara Fröhlich, por ter sido a sustentação e interlocução que eu precisava, não só no último momento, mas ao longo de todo o caminho.

À Clínica da UFRGS e ao Núcleo da Infância, juntamente com todos os seus funcionários, equipe técnica, equipe de limpeza, equipe de segurança. Muito obrigado a todos por acolherem o singular de cada sujeito, e por ser terreno para o meu fazer-psicóloga.

À Renata e Thayane, por terem feito este percurso de mãos dadas comigo, por terem me ajudado a descobrir um novo mundo, por saberem estar perto mesmo quando estão longe. Por serem para sempre psicólogas-amigas-amores.

À Karine, Marília, Deisi, Camila, Paula, Franciele, Laura, Fernanda, Stéfani, Juliana Pressi e Juliana Silveira, por terem me mostrado que os laços constituídos pelo afeto são os que nos sustentam ao longo da vida. Pela alteridade necessária, pelo riso franco, por serem uma certeza em minha vida.

Ao Matheus, por me dar convite ao seu mundo, tão encantador, tão diferente. Por me desacomodar de minhas certezas, por aceitar trilhar seu caminho junto comigo. Pela leveza que traz à minha vida, pelo abraço que conforta e acalma. Pelo amor.

À minha mãe, por transbordar paixão pelo seu fazer, e por transmiti-la de um jeito tão lindo. Por ser inspiração e diálogo, pela sua imensa possibilidade de doação ao outro. Pelo companheirismo e amor incondicional.

Ao meu pai, por acreditar em mim muito antes que eu o possa fazer, pela importância que isso tem para mim. Pela antecipação, por ser porto-seguro, pelo apoio e amor incondicional.

A vocês, Paulo e Ieda, muito, muito obrigada.

Sumário

Palavras Iniciais.....	7
A psicanálise e a clínica da infância: breve histórico.....	8
O que é um buraco?.....	12
Espaço das distâncias abolidas/espço de inclusões recíprocas.....	19
O estranho familiar: onde habito o outro.....	22
Estádio do espelho.....	25
Gabriel na trilha do horror e do fascínio.....	27
Palavras Finais.....	32
Referências.....	34

*“Eu não sou eu nem sou outro
Sou qualquer coisa de intermédio”*

Mario de Sá Carneiro

Palavras Iniciais

Nos últimos dois anos, eu tenho atendido na Clínica de Atendimento Psicológico da UFRGS, instituição na qual fiz estágio, um menino de oito anos, a quem vou chamar neste escrito de Gabriel. É um menino que chegou para tratamento psicológico em função de questões muito arcaicas de estruturação psíquica: não estava inserido na linguagem, desorganizava-se facilmente, não interagía socialmente, parecendo não se interessar pelas outras pessoas. Por estes e outros motivos, as sessões com Gabriel eram pouco convencionais, convocavam outros espaços que não o da sala de atendimento: circulávamos pelos corredores, pátios e cantos da Clínica, encontrando muitos passantes pelo caminho.

Nesses encontros, eu percebia que o contato com Gabriel produzia efeitos que pareciam pendular entre o horror e o fascínio. Esses efeitos revelavam-se nas pessoas, na instituição, em mim. A partir disto, comecei a me perguntar sobre esse encontro, sobre o efeito que sujeitos como Gabriel suscitavam no outro e sobre os efeitos que esse horror e fascínio produziam no menino.

Este escrito, portanto, nasce daí. Nasce da minha inquietação acerca dessa relação. Neste texto de Conclusão de Curso, pretendo pensar sobre essa questão, também como uma via de elaborar isto que tenho vivido, que tenho sentido. Para poder falar disso, vou lançar mão de algumas ferramentas: alguns conceitos da psicanálise, como a noção de estruturação psíquica; a clínica da infância e a importância do brincar; tentando articular estes conceitos com algumas cenas clínicas do atendimento de Gabriel.

Vou utilizar estas ferramentas porque acredito que delas consigo recolher alguns elementos importantes para pensar a questão deste trabalho, elementos como a noção de duplo e de estranho/familiar, que parecem constituir hipóteses interessantes para dar conta da pergunta que eu venho me fazendo, e que neste texto compartilho contigo, querido leitor.

Um último aviso, antes de entregar-lhe o texto. Para viajar comigo pelas linhas deste escrito, há que se permitir angustiar-se. Assim como o processo de estruturação psíquica de Gabriel, este texto também não acontece linearmente, nos devidos tempos e lugares pré-determinados pelo mundo dos textos acadêmicos. Seguindo o andar de

Gabriel, esse escrito também encontra percalços pelo meio do caminho, também se depara com objetos e temas inesperados, também resolve brincar com aquilo que não estava previsto. De alguma forma, meu texto encontra maneiras de atualizar a questão que me proponho a investigar: o processo de estruturação que não acontece no encadeamento e no tempo previsto, que não obedece à cronologia, pois toma seu tempo em alguns pontos ao longo do caminho.

A psicanálise e a clínica da infância: breve histórico

Há mais de um século, enquanto ainda realizava seus estudos em neurologia, o jovem Sigmund Freud começava a se deparar com casos clínicos que pareciam desafiar sua trajetória na medicina até então. Surgiam, em sua clínica, algumas pacientes que sofriam de enfermidades curiosas: paralisias, cegueiras, etc. O curioso não eram as enfermidades em si, mas o fato de que elas ocorriam de uma hora para outra, sem nenhuma explicação orgânica que lhes desse sustentação.

Ao contrário da maioria de seus colegas, Freud não considerava que as enfermidades fossem fingimento das pacientes. Começava, portanto, a se perguntar sobre outras razões possíveis para que funções corporais tão necessárias ficassem comprometidas repentinamente. A partir de seus estudos com Charcot, famoso médico francês que fazia uso da hipnose no tratamento de pacientes histéricos, Freud passa a apostar que, entre as razões para tais sintomas, havia algo que não dizia exclusivamente do orgânico. Logo, estava para além daquilo que era objeto da medicina.

No entanto, após um tempo trabalhando com o método da hipnose, Freud começava a se dar conta de que os sintomas voltavam depois de um tempo, e que o fato dos pacientes estarem desacordados durante o processo fazia com que eles não soubessem o que lhes causava sintoma. Por tratar-se de um método que se utilizava da sugestão, o trabalho emperrava na medida em que esta desaparecia ou perdia força. Passou, então, a trabalhar com os pacientes sem se utilizar da hipnose, entendendo que, através da fala espontânea, os próprios sujeitos iam se aproximando de suas verdades inconscientes. Ao ofertar a palavra aos pacientes, Freud aposta em outro tipo de tratamento, completamente diferente do que lhes era proposto até então; se pôs a *escutar* aqueles que eram apenas *vistos* pela medicina da época.

Freud propunha que seus pacientes falassem sobre o que lhes passava, reconhecendo o saber inconsciente do sujeito sobre seu sintoma e a importância de acessá-lo. Essa descoberta representou um giro importantíssimo em relação às práticas de cuidado destinadas aos pacientes e suas enfermidades, pois, de certo modo, retirou a exclusividade médica em relação à possibilidade de cura, reconhecendo o sujeito como protagonista do processo e não somente um receptor de uma técnica. Localizando no sujeito a resposta para seus sintomas, Freud começa a fundar o que ficou conhecido como “cura pela fala”: a psicanálise.

Podendo escutar o que seus pacientes tinham a dizer sobre o seu sofrimento, Freud percebeu que este estava ligado a traumas do passado, situações de desprazer que eram afastadas da consciência por um processo de recalque, e que, uma vez recalçadas, produziam configurações sintomáticas.

A clínica psicanalítica com crianças, entretanto, não data desta mesma época. Embora Freud tenha se ocupado das questões de um menino de cinco anos – conhecido como pequeno Hans – através de cartas trocadas com o pai da criança, e tenha trabalhado coisas importantes em relação à fobia e às fantasias infantis, a viabilidade e a pertinência de uma análise de crianças eram vistas como duvidosas entre os analistas. Contemporaneamente a Freud, uma pedagoga chamada Hermine Von Hellmuth, fervorosa admiradora da psicanálise, fez algumas contribuições importantes em relação à análise de crianças (Fendrik, 1991). Porém, a maior parte de sua obra é desconhecida, e a história oficial da psicanálise reconhece Anna Freud e Melanie Klein como fundadoras da clínica psicanalítica com crianças. Anna Freud, por uma vertente mais pedagógica, e Melanie Klein, por uma vertente psicanalítica, deram origem a uma série de discussões acerca da conveniência e dos efeitos da análise de crianças e também às diferentes escolas que vieram a se ocupar desse ensino. Posteriormente, autores como Donald Winnicott, Françoise Dolto, Maud Mannoni, bem como Jacques Lacan – que não trabalhou especificamente a clínica da infância, mas que cunhou conceitos importantíssimos para a psicanálise e, conseqüentemente, para a prática com crianças – ajudaram a criar e alicerçar o que hoje entendemos como clínica psicanalítica da infância.

No entanto, a clínica com crianças rompe com o *setting* psicanalítico que se criou com Freud. Rompe, pois perturba a estrutura que se convencionou montar para o

tratamento dos pacientes adultos, que propõe uma quebra do olhar para que a palavra ganhe espaço. Na clínica com as crianças, a questão do olhar precisa ser reintroduzida na cena analítica, trabalha-se também *a partir do olhar*, entendendo que a presença dos outros reais sustenta a possibilidade da criança se estruturar, constituir seu corpo. A imagem do outro se faz necessária como suporte da cena lúdica e das palavras que podem surgir.

No caso de crianças que ainda não estão inseridas na linguagem, ou que estão com muitas dificuldades neste processo – como no caso de Gabriel –, o olhar se faz ainda mais necessário. Portanto, a clínica da infância propõe rupturas à psicanálise, impõe quebras e remanejamentos. Para os que se aventuram no trabalho com crianças, é imprescindível que a estrutura da cena analítica se monte a cada novo caso, de acordo com as particularidades e as necessidades de cada sujeito que chega.

Freud, apesar de não ter se ocupado diretamente da psicanálise infantil, foi um grande observador da infância: dizia que o brincar era realizado pelas crianças como uma maneira de elaborar aquilo que sofriam passivamente na relação com os adultos, reproduzindo ativamente essas experiências na brincadeira. Ao observar seu neto de um ano e meio brincar com um carretel quando sua mãe não estava presente, ele formula uma hipótese de grande importância para o trabalho clínico com crianças. (Freud, 1920).

Freud percebe que a brincadeira de jogar o carretel para longe de sua visão para depois fazê-lo reaparecer, era acompanhada de grande satisfação pela criança. A satisfação de reencontrar o objeto que havia desaparecido por alguns instantes, vinha da garantia que este não havia se perdido, o que tinha estreita relação com a possibilidade de suportar a ausência da mãe. Portanto, Freud percebeu que a brincadeira funcionava como uma garantia de que a mãe voltaria, fazendo com que a angústia fosse suportável para a criança. No entanto, o lançamento do carretel para longe da vista do menino também lhe causava intensa excitação, e essa era justamente a reprodução da situação de desencadeamento da angústia: o momento da partida. Algo parecia desafiar o conceito de Princípio do Prazer¹ elaborado anos antes pelo autor. Atualizar momentos

¹ Em seu texto “Formulações sobre os dois princípios do funcionamento mental”, de 1911, Freud refere que os processos psíquicos primários são regidos majoritariamente pelo Princípio do Prazer, que faria com que a atividade psíquica se afastasse de qualquer evento que pudesse despertar desprazer. É um

de angústia na brincadeira, portanto, não era só uma maneira encontrada pelo sujeito de elaborar a situação vivida, mas fazia parte de um jogo de excitação e deleite.

Neste texto, “Mais além do princípio do prazer” (1920), Freud aponta que a produção de experiências desagradáveis causava prazer na criança por colocar aquele que tinha lhe causado angústia no lugar do objeto lançado, como uma espécie de vingança. O prazer advinha da possibilidade de colocar o outro no seu lugar, de provocar certa brincadeira de alteridade. Ao mesmo tempo em que joga o carretel *jogando* com a posição do Outro, é também ele próprio quem se joga. A criança identifica-se com o objeto, pois reconhece na brincadeira a situação na qual outrora fora vítima. Ela é quem faz e sofre a ação ao mesmo tempo; há um exercício do ser “eu” e ser o “outro” que é fundante do sujeito. Guardemos esta ideia, pois nos será útil na medida em que o texto avança.

Freud, então, chama este jogo de *Fort-da*, e sustenta que essa brincadeira é a maneira da criança suportar as separações necessárias, que vão se dando na relação com os seus Outros primordiais². É podendo brincar com isso que é da ordem da presença e da ausência que é possível para a criança ir simbolizando o desmame, as saídas da mãe, entre outras operações que vão se dando. Em se tratando da clínica da infância, esses movimentos que alternam presença e ausência tornam-se indispensáveis para pensar as questões psíquicas do infans, porque dizem de como elas estão simbolizando e preparando a separação do corpo materno. E não é raro que em situações de tratamento analítico as crianças se utilizem de alguma variação desse jogo, seja com objetos, seja com o próprio corpo. Nesta perspectiva, temos dado grande importância ao jogo do *Fort-da* nas sessões com as crianças, reconhecendo o estabelecimento dessa brincadeira como um dos momentos-chave na constituição psíquica.

No entanto, passam-se muitos anos até que a clínica da infância comece a falar de outras brincadeiras constitutivas que são fundamentais para a estruturação do sujeito, jogos que constituem condição para que a criança esteja num momento de ensaio para a separação do Outro. É na década de 90 que o psicanalista argentino Ricardo Rodolfo,

princípio econômico, na medida em que o prazer estaria ligado à redução das quantidades de excitação, e o desprazer com o aumento das mesmas. (Laplanche e Pontalis, 1977)

² Lacan refere o Outro como alguém que vai encarnar, para a criança, a ordem radicalmente anterior e exterior ao sujeito, que lhe introduz na ordem da linguagem. Os Outros primordiais seriam aqueles em relação aos quais a criança vai formar o seu desejo: os pais ou alguém que exerça, para ela, esta função. (Chemama, 1995)

em seu livro “O Brincar e o Significante” (1990), tece algumas teses acerca de um brincar mais rudimentar e primário. Atos da criança que normalmente nem consideramos *brincadeira* consistem, para este autor, formas iniciais do brincar que são condição lógica para que o sujeito consiga engatar em operações posteriores, como, por exemplo, o próprio jogo do *Fort-da*. Apontando para situações de tratamento onde a criança ainda não está se havendo com questões da ordem da presença e da ausência, mas sim com questões de inscrição dos orifícios e das bordas corporais, o autor elenca algumas etapas primitivas do brincar que passam pelo real do corpo.

Uma das grandes contribuições de Rodolfo à psicanálise e à clínica da infância é justamente pensar nessas operações primárias como condição de possibilidade para que todo e qualquer brincar tome lugar num sujeito. O autor sustenta, ainda, a importância de atentarmos para essas operações na clínica com crianças.

O que é um buraco?

Brincar é esburacar, nos aponta Rodolfo (1990). À princípio, este enunciado pode nos provocar estranheza, já que podemos pensar em várias brincadeiras infantis que não passam pela ordem do esburacar, do arrancar. Porém, o autor aponta que a construção da própria *possibilidade de brincar* passa pela introdução de um furo, de um buraco; ou seja, a possibilidade de esburacar e de fazer furos é condição para que um brincar comece a ser possível para a criança.

“Para ser deve-se esburacar. (...) Procedendo a um exame mais geral desta operação fundante, observamos que as atividades mais intensas e regulares, durante o primeiro ano de vida, concernem à produção de buracos, e não em qualquer lugar, senão – com predileção – no corpo do Outro primordial, em posição materna.”

(Rodolfo, 1990, p. 82)

E não é difícil verificar isso que Rodolfo nos aponta: que esburacar, para um bebê, não é esburacar qualquer superfície, mas o corpo da mãe. Com frequência nos deparamos com cenas entre mães e bebês nas quais observamos os pequenos brincarem de arrancar coisas da mãe, de extrair fragmentos de sua roupa, de seu corpo, de procurar orifícios e buracos no corpo desta. O esburacamento do Outro é constituinte, diz da possibilidade de tornar-se sujeito. No entanto, Rodolfo destaca que, para que uma

criança consiga efetivamente esburacar e perfurar, primeiro é preciso que tenha lhe sido doados estes buracos; o Outro primordial deve doá-los de si. Neste momento, cabe destacar o papel de uma mãe ou alguém que exerça essa função – a qual chamamos de *função materna* – para o bebê, e, para tanto, uma visita ao tema da constituição psíquica é necessária.

Para um bebê que nasce, o mundo lhe é estrangeiro e enigmático, é preciso que alguém faça uma tradução deste mundo estranho para a criança: um ser humano não se constitui sozinho. Entretanto, esta função que é exercida por alguém ao se ocupar de um bebê, é muito mais do que uma série de cuidados necessários com relação ao corpo deste que nasceu. Ao manusear o bebê, a mãe vai marcando o corpinho do pequeno com palavras, gestos, olhares, sorrisos; atos e letras que dizem do lugar que o bebê já ocupava na fantasmática familiar, do lugar simbólico que é ocupado por ele no psiquismo da mãe, do pai, dos familiares.

A mãe, ao ir nomeando as sensações do bebê, vai interpretando o choro e outras manifestações do pequeno conforme aquilo que acha que ele tem, e aos poucos o bebê vai podendo entender o que se passa com ele, pegando de empréstimo da mãe os sentidos doados por ela. Assim, esse laço mãe-bebê é o que vai possibilitando que o bebê vá criando noção acerca do seu próprio corpo, das suas bordas corporais, da sua imagem. Esse laço constitui-se de forma fusional, já que em um primeiro momento o bebê não consegue ser separado do Outro, ele se constitui no Outro e através dele. Cria-se um jogo libidinoso que faz com que o bebê, em júbilo, vá respondendo às investidas maternas com o seu próprio corpo, oferecendo-se.

Essas marcas primordiais vão inscrevendo um corpo para o bebê, e as chamamos de *inscrições*. Por *inscrição*, como diz Jerusalinsky (2007), “estamos nos referindo àqueles significantes primordiais constituintes de um primeiro corpo. (...) O discurso materno é aquele que opera a palavra de um modo tal que a torna capaz de recortar o corpo da criança em pedacinhos, que lhe tira e ‘entressaca’ pedaços.” (p.133). Em um segundo momento da constituição, quando o corpo da criança já está minimamente constituído psiquicamente, o discurso materno opera através do não, do corte, de movimentos de separação, como nos aponta Jerusalinsky:

“Discurso materno é aquele que se exerce sob a forma de recortar o corpo da criança, recorte que se opera dizendo não a esses pequenos objetos cuja extração, cuja

separação, será capaz de um modo imediato e direto de provocar um esvaziamento ou uma falta (...). O discurso materno, precisamente, é aquele que diz não ao cocô, 'cocô não', ou seja a instalação do controle esfíncteriano, 'xixi não', 'peito não', 'olhar não'.

É por isso que esses pequenos objetos – as fezes, os excrementos, o olhar, a voz – se recortam e se destacam. Escutar não, já que tem coisas que a criança não deve ouvir; olhar não, pois o olhar está interdito, sendo o melhor exemplo disso o fato de todos estarmos vestidos.”(Jerusalinsky, 2007, p. 134)

Também a alternância entre presença e ausência da mãe, na medida em que esta vai retomando seus afazeres e dividindo a sua atenção entre o bebê e seus outros interesses, vai marcando uma separação; separação esta que introduz a dimensão da falta no bebê na medida em que lhe mostra que a mãe não prescinde da presença dele para fazer certas coisas. Embora a operação de fusão seja condição para que a separação seja possível – pois só pode separar-se quem já esteve alienado ao Outro –, esses movimentos vão acontecendo ao longo dos anos, são operações que vão se reatualizando em diferentes situações ao longo da infância e até da vida adulta.

Para que uma criança consiga, então, fazer buracos no Outro, é preciso que antes lhe sejam doados buracos; é preciso que a mãe lhes doe de si, e é precisamente isto o que chamamos de função materna. É necessário, para que uma mãe consiga doar buracos de si, que algo da castração tenha operado nela. Ou seja, somente é possível doar buracos quem os tem; e a castração opera cortes, impossibilidades, a castração faz faltar. Faz buracos.

Além disso, a gravidez atualiza muitas questões em uma mulher, questões que vão ajudar a determinar a relação que ela vai conseguir ter com seu bebê. Há situações em que o laço entre a mãe e o bebê se dá de modo que o pequeno consegue nutrir-se psiquicamente daquilo que precisa nestes primeiros tempos de sua vida, a mãe se encontra disponível para este laço e doa a seu bebê os seus buracos, mostra-se capaz de algumas coisas e incapaz de outras; encarna para o bebê o Outro que representa a estrutura anterior e exterior ao sujeito que é a linguagem. Porém, há situações em que fica muito difícil para a mãe poder sustentar esta função nesta relação a dois, e muitas vezes isso se dá precisamente porque a experiência de tornar-se mãe implica em reviver isso que é da ordem das marcas primordiais, do que decantou da relação com a sua própria mãe, o modo como isso foi se dando em termos de economia psíquica. Mas isso não significa que se revive o vivido de outrora; sujeitos que se constituíram no meio de

áridas condições reais e/ou simbólicas muitas vezes conseguem transmitir infinitas possibilidades diferentes das que lhes fora transmitido. Revive-se aquilo que o sujeito conseguiu fazer das suas experiências primárias, o que decantou, a ressignificação que foi possível ao longo da vida.

Julieta Jerusalinsky, num belíssimo livro intitulado “A Criação da Criança” (2011), nos aponta que a possibilidade da mãe de exercer a função materna para o bebê, esta que tem a ver com a constituição de um laço simbólico com o pequeno, vai depender de como este bebê que chega afeta a sua economia de gozo:

“Assim, o laço mãe-bebê nos leva a considerar, por um lado, os desdobramentos psíquicos que, acerca do gozo, a maternidade produz em uma mulher; por outro, as consequências decisivas do gozo materno para as inscrições constituintes do psiquismo do bebê – dado que não há inscrição que se produza se ela não afeta a economia de gozo do sujeito em questão. (...) Conta-se, por um lado, com o cenário fantasmático dessa mulher que pode acolher ou descartar inconscientemente o recém-nascido como seu bebê. E, por outro, conta-se com as aptidões do bebê ao nascer, que podem favorecer ou fazer grave obstáculo a este jogo” (Jerusalinsky, 2011, p. 14-17)

Julieta, neste trecho, nos fala de outro fator a ser considerado quando falamos em laço mãe-bebê: as aptidões do bebê ao nascer, a possibilidade do pequeno de se deixar capturar pelo Outro, de se fazer oferecer para a mãe, de responder às suas investidas. Portanto, quando este laço não se constitui, ou se constitui mal, não caberia uma culpabilização da mãe ou da pessoa que estivesse ali para exercer esta função; caberia situar na ordem de um desencontro entre mãe e bebê. O que no imaginário social está como uma operação natural – este laço fusional – na verdade requer uma série de disponibilidades – condições reais, simbólicas e imaginárias – para acontecer.

E, ainda, parece-nos que caberia acrescentar mais um fator importante nesta lógica irracional que é a lógica dos encontros e desencontros: o acaso. Há algo de imponderável nas relações. Toda a construção de conhecimento tem como objetivo explicar o mundo; entender como certas coisas funcionam, porque tais coisas acontecem e como acontecem. Achamos importante ressaltar isto porque nas próprias linhas deste texto, tentamos explicar como um sujeito se constitui e quais os fatores em jogo quando algo da constituição de um bebê não vai bem. Pois bem, há várias considerações a fazer e várias hipóteses a formular, e, ainda assim, não podemos afirmar que é por causa disto

ou daquilo. Não temos a ilusão de que conhecemos as razões de um encontro bem-sucedido ou de um desencontro, deixemos isso claro. Por mais que nos seja difícil lidar com o desconhecido – e talvez aí se encontre uma razão para tentarmos dar conta de tudo que acontece no mundo –, reconhecemos que as relações se dão de diferentes maneiras e intensidades, e que há algo de singular e novo em cada encontro. Produção da ordem do inexplicável, fagulha de acaso no meio das probabilidades.

Portanto, um bebê ganha um lugar antecipado pelo Outro, um lugar que delimita possibilidades. Porém, ainda que esse lugar seja circunscrito pelo Outro, é um lugar feito de inúmeras possibilidades de estruturação, de tomar a vida para si. Ainda que não tenha *todas* as possibilidades dentro de um certo lugar que o Outro lhe oferece, o sujeito tem infinitas. O modo com que cada pequeno sujeito vai fundar o seu lugar no mundo tem a ver também com aquilo que lhe é próprio e intransferível.

Com isto posto, retomemos o tema da produção de buracos. Rodolfo aponta para outra atividade que normalmente acompanha o esburacamento:

“O ‘perverso polimorfo’ começa por ser um arrancador, um perfurador nato, prática com a qual produz coisinhas, resíduos (na aparência), pequenos objetos. Quando ainda vacilamos em outorgar-lhe o nome de sujeito e quando seria impróprio referir-se a um Ego, já o de perfurador lhe cabe com toda a justeza. Porém, há mais: o que é que vai fazendo com esses materiais extraídos? Uma observação de alcance universal constata a regularidade de uma sequência: extrair-fabricar superfícies contínuas, extensões, traçados sem solução de continuidade. A atividade que se deve pensar como brincar, primeiramente é uma combinação de dois momentos: esburacar-fazer superfície.” (Rodolfo, 1990, p. 95)

Era isso o que Gabriel, na época com sete anos, tratava de fazer em sessão: arrancava tudo o que via pela frente, sem parecer dispor de nenhum critério. Parecia realmente querer inscrever a si mesmo nos lugares por onde passava, deixando um pouco de sua baba-corpo em cada espaço, pegando de empréstimo pedaços de salas, pedaços de pátios, pedaços de corpos. Retirando elementos dos cenários, tentava fazer faltar ao Outro. Perambulava por todos os espaços da clínica atrás de coisas que pudesse arrancar do lugar, para em seguida jogá-las com força no chão. Elegia alguns objetos de preferência e com estes tratava de fazer uma solução de continuidade, normalmente com terra e água, de modo a formar uma superfície lisa com os objetos. Gostava de olhar a

superfície que formara longamente antes de colocar, pouco a pouco, seu corpo em contato com ela, se sujando, se limpando, se testando. Gabriel brincava de arrancar do outro algo no qual pudesse se sustentar, algo que lhe ajudasse a inscrever-se.

Ora, mas o que as crianças estão fazendo quando esburacam e formam superfícies? É comum pensarmos que elas estão “se sujando” ou “aprontando”. Pois estamos certos: as crianças estão aprontando, sim. Aprontando intensamente o terreno para o seu brincar, dispendo ao seu redor todos os elementos necessários para seguir se apropriando do mundo, do que se passa com elas; fazendo o que de mais sério podem fazer. Nesta brincadeira que constitui um jogo de esburacamento e formação de superfície, elas estão tentando dar conta das operações necessárias para a sua constituição, testando seus corpos, verificando até onde elas podem se virar sozinhas e até onde precisam do Outro.

Gabriel, nas sessões comigo, interessava-se muito por uma porta fechada de um depósito da clínica, que tem uma abertura na parte de cima, fazendo com que se abrisse uma janela no meio da porta. Do buraco da janela, Gabriel tentava retirar qualquer objeto, usando a minha mão como instrumento, se fazendo entender em seu pedido de explorar o buraco, querendo ver o que tem lá dentro, jogando com força no chão o que lá encontra e retira. Pegando de empréstimo as formulações de Rodolfo acerca da produção de buracos, parece que Gabriel está justamente tendo que lidar com estas situações primordiais que dizem da inscrição de algumas cavidades, na luta por tentar compor e estruturar seu corpo, que parece estar contínuo, não esburacado.

E quando se faz necessário exercitar estes jogos em situações de tratamento analítico, como se acolhe essas situações onde o brincar é tão primitivo? Como fazer com que a cena analítica seja terreno para estas operações?

Para tentar dar conta destas perguntas, trago um pouco mais dos desdobramentos do atendimento de Gabriel. Ele não parecia ter bordas, e esse desbordamento revelava-se no espaço utilizado nas sessões: zanzávamos pelos corredores, pátios, salas e banheiros, na busca por algo que nem eu, nem ele sabíamos o que era. O atendimento causava-me muita insegurança, eu nunca sabia o que exatamente estávamos produzindo na cena clínica, era sempre em um tempo posterior que eu conseguia situar a brincadeira de Gabriel e pensar no que tinha se passado. Como não tínhamos um espaço pré-determinado para as sessões, o inusitado sempre fazia parte dos atendimentos, o que

trazia muitas possibilidades, mas também muitas dúvidas, até porque Gabriel tentava arrancar tudo o que via; era na urgência da cena que eu tinha que pensar sobre os objetos com os quais podíamos brincar e quais não podíamos.

Sair dos moldes dos atendimentos tradicionais significa, muitas vezes, tornar pública a cena clínica. E me parece que isto não é sem efeitos para o paciente, para o terapeuta, para o laço transferencial. Expor o meu trabalho como terapeuta, por exemplo, provocava-me muita angústia, pois colocava a minha inexperiência na vitrine da Clínica, à vista de todos que passavam. Ademais, Gabriel produzia em mim uma imensa dúvida quanto à função clínica de deixá-lo brincar com o que encontrava ou de negar-lhe o acesso a algum objeto ou espaço. Pois me parecia que, em alguns momentos, ele precisava de uma intervenção que viesse no sentido de circunscrever alguns limites; mas em outros, parecia precisar que eu legitimasse esse seu brincar confuso e primordial, deixando-o se utilizar daquilo que conseguisse extrair dos espaços que ocupávamos. Foram muitos os momentos em que, tendo estabelecido com Gabriel algumas regras de atendimento – por exemplo, a regra de que somente podíamos encher o balde no estacionamento para levar para o pátio ao lado, mas não podíamos brincar com a água ali no meio dos carros –, eu me pegava pensando sobre o sentido daquela regra para aquele menino, que função estava tendo essa restrição de espaços, se naquele momento era necessário que eu lhe dissesse “não” ou que eu lhe ajudasse a quebrar as regras. Havia também certas coisas que, para além de ser ou não interessante clinicamente, dependiam da viabilidade do espaço físico, e era necessário que eu ponderasse rapidamente as possibilidades reais que tínhamos.

Parece-me que, para acolher estas situações de um brincar tão primitivo na cena analítica, há que suportar uma dose de imprevisibilidade. Acompanhar o processo destas crianças exige ainda uma disponibilidade em termos de corpo, pois muitas vezes se faz necessário que o terapeuta doe seus buracos, seu olhar, sua voz. Que doe seu corpo para que o sujeito possa tomar de empréstimo os elementos que precisa para se estruturar, para inserir-se na linguagem. Parece-me que, além de ser uma clínica onde o corpo está muito presentificado, é também uma clínica do imprevisível, do inusitado, do improvável.

Espaço das distâncias abolidas/Espaço de inclusões recíprocas

Seguindo na construção de Rodolfo sobre os tempos da estruturação psíquica anteriores ao Fort-da, chegamos à formulação sobre o Espaço das distâncias abolidas. Em um momento psíquico posterior ao tempo em que o bebê se dedica à produção de buracos, ele segue na tarefa de construir seu corpo através de um regime de espacialidade contínuo, onde o dentro e o fora se constituem reciprocamente. Considerando que nestas fases arcaicas de constituição ainda não há, para o bebê, uma diferenciação, de fato, entre o seu corpo e o mundo exterior, este autor aponta que, ao modificar e intervir no mundo exterior, o bebê não está fazendo mais do que moldar a si mesmo, construindo o seu próprio corpo.

Desse modo, também não há ainda diferenciação entre as distâncias entre os objetos, entre os tamanhos e volumes. Tudo forma uma continuidade para o bebê, que vai, nesta segunda tese de Rodolfo, esboçar um começo de delimitação entre as coisas que manuseia. Observamos neste tempo, por exemplo, os bebês brincarem com jogos de relação continente/conteúdo, onde tiram objetos de dentro de outros, colocam de volta, tentam invertê-los e colocá-los ao contrário. Não há registro ainda de que alguns objetos são maiores ou menores que outros, de modo que o bebê testa inúmeras formas de colocar coisas dentro de outras, e a relação entre elas lhe é totalmente reversível. O autor dá o nome de “espaço das distâncias abolidas” justamente porque é um tempo onde os objetos não se separam, o interno faz junção com o externo, num achatamento espacial que faz com que os objetos possam se intercambiar.

Do mesmo modo, Sami Ali (1993), aponta para um momento na constituição psíquica onde seriam criados *espaços de inclusões recíprocas*. Esses momentos – de espaço das distâncias abolidas e de inclusões recíprocas – parecem se equivaler. Sami Ali refere que, num tempo que precede a delimitação do corpo do bebê em relação ao mundo exterior, ele começaria a registrar algo de uma diferença, onde o objeto não é mais o seu corpo mas contém uma parte dele. Ou seja: haveria algo de duplo nesta equação, onde o objeto já não é mais a extensão do sujeito mas comporta uma parte dele, o inclui, através da projeção de uma parte de si mesmo que ele percebe como sendo um outro (Ali, 1993). Esta mesma imagem seria devolvida ao sujeito pelo objeto, inaugurando um espaço onde as primeiras trocas com o mundo exterior seriam possíveis. O dentro e o fora começariam a se delinear pelo estranhamento do sujeito em

relação ao objeto que é e não é ele ao mesmo tempo; é outro que comporta algo de familiar.

“O estranho inquietante dá acesso a esta organização onde tudo devolve ao sujeito sua própria imagem. Nesse sentido, ela denota o momento em que o que foi projetado retorna a seu ponto de partida. Daí surge a dúvida: o exterior é realmente o exterior? (...) Nessas duas eventualidades há multiplicação do mesmo que se manifesta ora como familiar, ora como estranho, no âmago de uma realidade espacial onde o tudo se repete indefinidamente para dentro e para fora e onde o tempo gira sobre si mesmo, anula-se e reduz-se ao espaço.”

(Ali, 1993, p. 41)

A partir da inauguração deste espaço, é possível para a criança criar uma relação de equivalência entre os objetos e seu corpo, entre os objetos e o corpo da mãe, entre o corpo da mãe e o seu corpo. Sami Ali (1993) aponta que a equação objeto = corpo próprio, corpo próprio = mãe, objeto = mãe é importantíssima para que um objeto simbólico seja criado à luz da imagem da mãe, o que indicaria o início de um campo simbólico a se estruturar no psiquismo do sujeito.

“A palavra surge sobre esse fundo de objetos que se correspondem entre si, refletindo a correspondência fundamental do corpo próprio e do objeto materno. A criança fala porque, num primeiro momento, ‘fala’ a uma mãe que ela deve introjetar e porque, num segundo momento, ela se fala ao falar com a mãe introjetada. Essa introjeção confere aos sons evanescentes trocados com a mãe a estabilidade, a continuidade e a solidez de um objeto simbólico.”

(Ali, 1993, p. 73)

É importante ressaltar que o método pelo qual a criança faz surgir essa equivalência em relação a si e aos objetos passa muito pelas bordas corporais, e com isso estamos falando, para além da oralidade e da visão, de toda a superfície do corpo do sujeito que faz contato com o fora. A possibilidade de testar o seu corpo no contato com os objetos, com os outros que fazem alguma função de *acompanhar* esse processo da criança, com o mundo externo em geral, é fundamental para que o campo imaginário e o campo simbólico se constituam. No trecho citado acima, Sami Ali aponta para a importância destas operações primárias de constituição do corpo para que a palavra possa advir. Se nascemos com um corpinho minimamente constituído, este seria puramente orgânico; pois psiquicamente nascemos pedaços desconstruídos que

precisam ganhar liga para que constituam um corpo. O corpo, portanto, é o que faz sustentação para a palavra, da mesma forma que só há um corpo, se sustentado pela linguagem.

Neste tempo das distâncias abolidas e inclusões recíprocas, podemos dizer que, embora ainda não haja uma diferenciação de sujeito e mundo externo, há um esboço de tentativas neste sentido. O bebê, ao dedicar-se a brincar com jogos de continente/conteúdo, luta por suas propriedades e para delimitá-las das propriedades alheias. (Rodulfo, 1990). Podemos dizer que este tempo é um ensaio para a diferenciação de si e do mundo.

Agora, voltemos ao caso de Gabriel. Em todos os espaços da Clínica, ele parece sair à procura de buracos: interessa-se por bueiros, sacos de lixo, embalagens, tudo o que possa colocar coisas dentro e depois retirar, numa brincadeira que se poderia pensar como um ensaio para o tempo das inclusões recíprocas. Parece interessar-se pela dinâmica do dentro/fora, ao mesmo tempo em que retorna ao tema da produção de buracos. Há quase dois anos, este parece ser o momento de estruturação psíquica de Gabriel: o ir e vir entre esses tempos, na busca por conseguir que alguma inscrição perdue pelo tempo necessário para seguir adiante.

Aqui, cabe uma explicação antes de seguirmos. Você deve ter notado, leitor, que ao longo do texto eu me refiro ao sujeito que estaria passando por essas operações psíquicas como “bebê”. E existem situações em que o sujeito está em outros tempos cronológicos, o próprio texto que lê propõe-se a trazer esta discussão. Porém, em um desenvolvimento ideal, estas operações acontecem dentro de certo período na vida de um sujeito: geralmente, ao longo dos primeiros dois anos de vida.

É fundamental saber dos tempos cronológicos esperados para estas operações para termos pistas de como anda uma criança, que lugar ela habita psiquicamente, se ela está ou não podendo se apropriar do seu corpo, como está conseguindo entender o mundo em que vive. Quando a idade de uma criança não corresponde com o lugar psíquico no qual habita, é necessário um olhar mais atento a estes processos, podendo recorrer a certos tipos de ajuda, quando for preciso.

No entanto, estas operações psíquicas, muito embora sigam certa ordem sequencial no processo de estruturação de um sujeito, nunca cessam de se inscrever. Ao

longo da vida, vivemos situações que fazem atualizar as operações lógicas próprias da infância e da adolescência; o fato de que elas já tenham se inscrito no psiquismo relança no sujeito a possibilidade de constantes reatualizações. Portanto, são operações fundamentais, mas não estanques e concretas como às vezes tendemos a pensar. Aliás, quando se fala daquilo que é próprio do humano, nada é cristalizado e cimentado. Pode ser que uma operação tenha se dado parcialmente num sujeito, pode ser que um sujeito esteja em trânsito entre diferentes operações e momentos psíquicos. Tem algo de singular e próprio no modo com que cada um vai passar por estes momentos, e cabe à teoria relançar-se a cada novo caso.

O estranho familiar: onde habito o outro

Não sei se percebes, leitor, mas a questão do duplo permeia todo este texto. Desde o início trago temas que comportam algo do duplo, e neste momento é fundamental que nos debrucemos um pouco sobre ele.

Sabemos que não é possível estar em dois lugares ao mesmo tempo. Questão resolvida há muito pela ciência, constitui tema comum às produções artísticas contemporâneas: são incontáveis as ficções criadas a partir deste jogo entre o ser eu e o ser outro, onde a imagem duplicada tem a função de provocar estranheza. Parece que o duplo nos fascina, de certa forma.

Em 1919, Freud escreve o texto intitulado “Unheimlich”, traduzido para o português como “O Estranho”. Esse texto apresenta uma questão fundamental para o presente escrito, pois inaugura uma relação entre aquilo que nos é estranho e o que nos é mais íntimo, mais familiar. Ao falar sobre o termo alemão “heimlich” e todos os sentidos que a palavra pode tomar dependendo do seu contexto, Freud aponta que seu significado mais comum é íntimo, conhecido, familiar. Já o termo “unheimlich”, que é o seu oposto – pois tem o prefixo “un” que em alemão indica uma negativa, um “não” –, significa estranho, sinistro, aterrorizante. Porém, ao longo do texto, o autor aponta que esses termos têm diversos usos na língua alemã e que, dependendo do uso e do contexto, os termos heimlich e unheimlich se equivalem; há um ponto de encontro entre as duas palavras, a princípio opostas.

“Escondido, oculto da vista, de modo que os outros não consigam saber, sonogado aos outros. Fazer alguma coisa heimlich, isto é, por trás das costas de alguém, roubar heimlich; reuniões e encontros heimlich, olhar com prazer heimlich a derrota de alguém, suspirar ou lastimar-se heimlich; comportar-se heimlich, como se houvesse algo a esconder. (...) Note-se particularmente o negativo ‘un-’: misterioso, sobrenatural, que desperta horrível temor: ‘Parecendo-lhe bastante unheimlich e fantástico.’ ‘As horas unheimlich e temíveis da noite.’ ‘Já sentira desde há muito uma sensação unheimlich e até mesmo horrível.’ ‘Agora estou começando a ter um sentimento unheimlich.’ ... ‘Sente um horror unheimlich.’ (...) ‘“Unheimlich” é o nome de tudo que deveria ter permanecido... secreto e oculto mas que veio à luz’ (Schelling).

(...) O que mais nos interessa nesse longo excerto é descobrir que entre os seus diferentes matizes de significado a palavra ‘heimlich’ exhibe um que é idêntico ao seu oposto, ‘unheimlich’. Assim, o que é heimlich vem a ser unheimlich. (...) Em geral, somos lembrados de que a palavra ‘heimlich’ não deixa de ser ambígua, mas pertence a dois conjuntos de ideias que, sem serem contraditórias, ainda assim são muito diferentes: por um lado significa o que é familiar e agradável e, por outro, o que está oculto e se mantém fora da vista.” (Freud, 1976 [1919], p. 280,281,282)

Portanto, Freud estabelece esta ideia de que o que nos é estranho e que nos desperta horrível temor, também pode nos ser extremamente íntimo e conhecido; “algo que deveria ter ficado secreto e escondido, mas que veio à luz”. Ou seja, algo que nos é tão íntimo que até desconhecíamos, logo, algo do conteúdo recalcado. Nesse sentido, ao longo do texto, o autor aponta que o sentimento de *horror* e *estranheza* que sentimos frente a alguma coisa pode ter relação com aquilo que está tão perto quanto invisível. A sensação de que algo nos é estranho, portanto, pode ser um indício de que em alguma medida nos é também familiar, conhecido. A possibilidade de estarmos o mais distante possível de algo que de tão íntimo nos escapa, leva-nos a pensar sobre o tema do *duplo*: o duplo como o que instaura essa possibilidade, como o que inaugura essa ligação entre o eu e o outro.

“Em primeiro lugar, se a teoria psicanalítica está certa ao sustentar que todo afeto pertencente a um impulso emocional, qualquer que seja a sua espécie, transforma-se, se reprimido, em ansiedade, então, entre os exemplos de coisas assustadoras, deve haver uma categoria em que o elemento que amedronta pode mostrar-se ser algo reprimido que retorna. Essa categoria de coisas assustadoras construiria então o estranho; e deve ser indiferente a questão de saber se o que é estranho era, em si, originalmente assustador ou se trazia algum outro afeto. Em segundo lugar, se é essa, na verdade, a

natureza secreta do estranho, pode-se compreender por que o uso lingüístico estendeu das Heimliche [‘homely’ (‘doméstico, familiar’)] para o seu oposto, das Unheimliche (pag.283); pois esse estranho não é nada novo ou alheio, porém algo que é familiar e há muito estabelecido na mente, e que somente se alienou desta através do processo da repressão.” (Freud, 1976 [1919], p.301)

Freud, ao longo do texto, vai falando de algumas situações em que nos deparamos com algo do duplo: quando nos surpreendemos com a nossa própria sombra ou imagem refletida em algum espelho ou vidro, e por alguns instantes nos perguntamos quem é aquela figura. Também fala sobre a estranheza que sentimos frente a algumas coincidências e acasos do cotidiano, e que nos levam a pensar em relações sobrenaturais entre os fatos como um resquício ainda existente das crenças dos nossos antepassados, para quem essas relações eram verdades incontestáveis. Como se algo dessa antiga crença ainda permanecesse no nosso imaginário de forma recalcada – em alguns casos, nem tão recalcada assim –, e viesse à tona pela via do estranhamento quando nos deparássemos com alguma situação disparadora; como, por exemplo, a repetição de determinado número diversas vezes no mesmo dia.

O autor nos aponta, ainda, a relação do tema do duplo com o narcisismo primário. Na infância, o duplo tem o estatuto de uma figura protetora do eu, pois a possibilidade de duplicar-se é uma defesa contra a própria extinção. O duplo é, assim, uma garantia; é herdeiro do narcisismo primário. Na adultez, porém, o duplo muda de estatuto para o eu; de figura protetora, passa a ser “um estranho anunciador da morte” (Freud, 1976 [1919], p. 294):

“Após haver assim considerado a motivação manifesta da figura de um ‘duplo’, porém, temos que admitir que nada disso nos ajuda a compreender a sensação extraordinariamente intensa de algo estranho que permeia a concepção; e o nosso conhecimento dos processos mentais patológicos permite-nos acrescentar que nada, nesse material mais superficial, podia ser levado em conta na ânsia de defesa que levou o ego a projetar para fora aquele material, como algo estranho a si mesmo. Quando tudo está dito e feito, a qualidade de estranheza só pode advir do fato de o ‘duplo’ ser uma criação que data de um estágio mental muito primitivo, há muito superado – incidentalmente, um estágio em que o ‘duplo’ tinha um aspecto mais amistoso. O ‘duplo’ converteu-se num objeto de terror, tal como, após o colapso da religião, os deuses se transformam em demônios.” (Freud, 1976 [1919], p.295)

Interessante a mudança de relação que ao longo da vida estabelecemos com a figura do duplo. Freud nos mostra que, de garantia tranquilizadora, a ideia de que o outro nos habita, de certa forma, passa a ser aterrorizante. Por que nos tranquilizamos com a ideia de que a alteridade não tem nada a ver conosco? Por que nos esforçamos para assegurarmos-nos de que o outro é tão diferente?

Estádio do espelho

Para entendermos um pouco melhor a noção do duplo, faz-se necessária uma pequena viagem ao conceito de estágio do espelho, de Jacques Lacan. Na conferência feita em Zurique no ano de 1949, Lacan retoma este assunto, o qual já havia introduzido em outra conferência treze anos antes. A ideia de estágio do espelho teria a ver com o momento onde a criança, ainda capturada de forma alienante pelo Outro, reconhece algo de si na imagem que reflete no espelho, inaugurando um ponto central na sua jornada rumo à separação em relação ao Outro, e à construção de uma unidade corporal imaginária e simbólica. O momento de olhar-se no espelho e reconhecer sua própria imagem refletida diz respeito a uma série de construções prévias que a criança foi conseguindo fazer, ancorada pelo Outro que foi lhe mostrando e dando pistas a respeito de quem ela é, de como é que está ali, da onde e porque veio, etc.

“O estágio do espelho é um drama cujo impulso interno precipita-se da insuficiência para a antecipação – e que fabrica para o sujeito, apanhado no engodo da identificação espacial, as fantasias que se sucedem desde uma imagem despedaçada do corpo até uma forma de sua totalidade que chamaremos de ortopédica – e para a armadura enfim assumida de uma identidade alienante, que marcará com sua estrutura rígida todo o seu desenvolvimento mental. (...) Este acontecimento pode produzir-se, como sabemos desde Baldwin, a partir da idade de seis meses, e sua repetição muitas vezes deteve nossa meditação ante o espetáculo cativante de um bebê que, diante de um espelho, ainda sem ter o controle da marcha ou sequer da postura ereta, mas totalmente estreitado por algum suporte humano ou artificial, supera, numa azáfama jubilatória, os entraves desse apoio, para sustentar sua postura numa posição mais ou menos inclinada e resgatar, para fixá-lo, um aspecto instantâneo de imagem.” (Lacan, 1949, p. 97-100)

Aqui, Lacan refere-se ao momento em que, em júbilo, o bebê se depara com a sua imagem no espelho, e, ancorado pela mãe que testemunha e legitima este movimento ao dizer que aquela imagem é ele, se reconhece. E a imagem que lhe é devolvida é uma imagem de um corpo unificado, quando o bebê ainda não sente seu corpo desta maneira. Portanto, a imagem é antecipadora para o sujeito, produz uma ideia de unidade que fascina; pois a possibilidade de unificação pela imagem, quando esta unidade ainda não é vivida no real do corpo, é fascinante. Lacan aponta para isso ao falar de um bebê que ainda não possui a motricidade para ficar em pé, mas se estica de modo a conseguir captar esse efeito de imagem. Aqui, encontramos novamente o fascínio.

No entanto, além de fascinante, a ideia da captura pela imagem também produz horror. Pois uma imagem antecipadora porta o risco de deixar o sujeito a sua mercê, capturado e preso nesta imagem. Tanto é um risco que alguns sujeitos ali ficam, e esta perspectiva é horrorizante. O Estádio do Espelho diz de uma produção de horror e fascínio, como dois lados da mesma moeda. O autor continua, situando no momento da construção desta imagem especular a formação do *eu* numa “linha de ficção” (1949):

“Mas o ponto importante é que essa forma situa a instância do eu, desde antes de sua determinação social, numa linha de ficção, para sempre irreduzível para o indivíduo isolado – ou melhor, que só se unirá assintoticamente ao devir do sujeito, qualquer que seja o sucesso das sínteses dialéticas pelas quais ele tenha que resolver, na condição de [eu], sua discordância de sua própria realidade.” (Lacan, 1949, p. 98)

Esta noção da imagem especular como algo que funda a instância do eu numa linha de ficção nos é extremamente interessante para pensar o duplo. É como se o estádio do espelho fundasse um eterno desencontro entre o sujeito e a sua imagem. Ao reconhecermos a nossa imagem refletida no espelho, criamos pela via do imaginário um eu próximo e distante ao mesmo tempo. Não conseguimos alcançá-lo mais do que Alice alcança o coelho de relógio na história de Lewis Carrol; há sempre uma impossibilidade radical de encontro entre os dois.

Gabriel na trilha do horror e do fascínio

A partir da noção de estranho familiar e de duplo, compartilho mais algumas cenas clínicas. Como mencionei anteriormente, o atendimento de Gabriel muitas vezes se dava no pátio, à vista de todos que passavam pelo estacionamento ou pelos corredores, o que tornava pública a cena clínica. No caso de Gabriel, isto trazia vantagens e desvantagens. Possibilitava maior contato com os passantes, e nossos maiores interlocutores eram os funcionários do prédio que ficavam no pátio, pois acompanhavam o ir e vir da sessão e se arriscavam a entrar na cena, tentando arrancar de Gabriel algum lampejo de interação. Ao sairmos em busca da tão desejada água, íamos topando com pessoas e coisas no caminho, e Gabriel não era indiferente a elas. Pelo contrário, esses objetos e corpos inusitados que não estavam no nosso roteiro constituíam, normalmente, um genuíno ponto de interesse para o menino nas sessões.

Isso possibilitava um maior leque de intervenções com Gabriel, pois ajudá-lo a fazer laço com estas pessoas tornava-se uma direção interessante de trabalho, visto que a sua dificuldade era justamente estabelecer laço com o mundo. Algumas pessoas topavam a empreitada e se punham a tentar conversar com Gabriel, entravam na cena da brincadeira que eu estava propondo, algumas até estabeleciam importante afeto pelo menino e o procuravam pelo pátio. Outras não; havia quem se negasse a participar da brincadeira, quem não respondia às minhas investidas nem às dele, que com seu corpo desajeitado propunha contato com quem cruzava, fosse invadindo-lhe o espaço, fosse pegando-lhe a mão para que alcançasse algo que queria.

Porém, o que me chamava à atenção era a expressão de horror nos rostos de todos que se deparavam com aquele menino grande de passos errantes. Independente de topar algum contato ou não com Gabriel, todos tinham no rosto, por pelo menos alguns segundos, aquele horror de quem reconhece uma criatura de outro mundo, um mundo muito distante desse que habitamos. *Aquele horror frente ao estranho*. Uma expressão que sumia rápido no rosto de alguns, mas que em outros rostos tomava seu tempo e em outros ainda parecia ficar para sempre. O que representava Gabriel para essas pessoas que o olhavam com tanto receio? O que suscitava nelas o contato com ele? O que produzia Gabriel em seu contato com o outro?

Comecei a me fazer essas perguntas como uma forma de tentar entender o que se passava no contato de Gabriel com os outros. Para isso, precisei, eu mesma, pensar no

que ele produziu em mim quando o conheci; como foi que passei a atendê-lo; de que maneira eu revelei meu horror e minha estranheza.

Gabriel chegou à Clínica no final dos seus seis anos, numa condição psíquica bem primária, se havendo com questões muito arcaicas de constituição. Gabriel não falava, havia tirado as fraldas recentemente, gritava muito e se desorganizava facilmente. O contato que estabelecia com o outro era o de pedir coisas, pegando a mão de quem tivesse perto e levando-a até o objeto de seu interesse – que era, na maioria das vezes, o mais inusitado possível. O trabalho com Gabriel só era possível nesse trânsito entre os diversos espaços da Clínica; não era um menino que, pelo menos naquele momento, conseguisse ficar em uma sala de atendimento. Por todas as suas questões, Gabriel chegou à Clínica fazendo barulho.

Houve um primeiro momento em que nós, integrantes do núcleo que se ocupa das questões da infância na Clínica, pensamos sobre a viabilidade do atendimento de Gabriel ali naquela instituição. Era paciente de CAPSi, sem dúvida. Necessitava uma ambiência, um cuidado mais integral, todos concordamos. Cogitamos alguns serviços, pensamos em possíveis encaminhamentos, mas não víamos outro lugar viável naquele momento, pois, entre outros fatores, os lugares disponíveis na rede pública de saúde mental estavam com uma lista de espera muito grande. Perguntávamos: íamos conseguir acolhê-lo ali na Clínica? Conseguiríamos dar o apoio que ele precisava? Resolvemos, então, apostar que sim.

Interessei-me pelo caso; eu estava com vontade de aprender sobre a constituição psíquica na infância. Foi assim que conheci Gabriel: engolindo o meu receio e a minha inexperiência. E, por mais que a familiaridade da relação com o menino fosse substituindo os temores do início, também em mim se produziu a sensação de medo e estranheza. O meu receio inicial era prova disso.

É interessante pensarmos sobre esse movimento expulsivo que o outro (eu, a Clínica, as pessoas que encontram Gabriel nas sessões, ou ainda os serviços que não o acolheram na rede de saúde pública) produz na relação com Gabriel. Pensando sobre esse movimento produzido pelo outro no contato com sujeitos com questões como as deste menino, retomo o texto do estranho familiar; há uma passagem onde Freud fala da estranheza de alguns homens frente ao órgão genital feminino, e faz relação com o que este representaria para o sujeito:

“Acontece com frequência que os neuróticos do sexo masculino declaram que sentem haver algo estranho no órgão genital feminino. Esse lugar unheimlich, no entanto, é a entrada para o antigo Heim [lar] de todos os seres humanos, para o lugar onde cada um de nós viveu certa vez, no princípio. Há um gracejo que diz ‘O amor é a saudade de casa’; e sempre que um homem sonha com um lugar ou um país e diz para si mesmo, enquanto ainda está sonhando: ‘este lugar é-me familiar, estive aqui antes’, podemos interpretar o lugar como sendo os genitais da sua mãe ou o seu corpo.”
(Freud, 1976 [1919], p. 305)

A relação de estranheza aqui percebida por Freud diz da condição que nos é mais familiar possível; ele fala do lugar de onde viemos e que (não) reconhecemos como sendo a nossa primeira casa. Ao situar o estranhamento sentido por alguns homens quando vivem esse encontro numa atualização do que havia ficado em um tempo passado, o autor propõe outro olhar sobre as relações humanas, e, mais especificamente, sobre a relação que estabelecemos com a loucura.

“O efeito estranho da epilepsia e da loucura tem a mesma origem. O leigo vê nelas a ação de forças previamente insuspeitadas em seus semelhantes, mas ao mesmo tempo está vagamente consciente dessas forças em remotas regiões do seu próprio ser.” (Freud, 1976 [1919], p. 303)

O efeito que nos causa o encontro com a loucura. Parece que Gabriel, ao expor sua loucura, expunha também a sua improvável proximidade com os que com ele se encontravam. Proximidade que decanta da lembrança inconsciente de que também nós já estivemos sujeitos a essa condição de exclusão; também já estivemos, uma vez, nessa condição de desamparo e desenlace. De algum modo, aquele desamparo primário ainda nos habita, justamente porque um dia foi a nossa primeira casa, como nos apontou Freud. Porque o desamparo já foi uma possibilidade real a cada um de nós.

Cabe aqui um fragmento do texto de Leda Bernardino, intitulado “O desejo do psicanalista e a criança”, onde ela vai apontar para a atualização, no analista de crianças, do real da infância:

“Tomemos agora este dado, que é de observação na comunidade analítica: a clínica com crianças provoca nos que se aproximam da psicanálise seja uma grande fascinação, ou então, inversamente, o horror. Sabemos, desde Lacan, que estes efeitos se manifestam a cada vez que há algo de real na experiência. Há uma criança real, que ao mesmo tempo fascina e horroriza. Não se trata das crianças da realidade, que

encontramos no dia-a-dia de nosso consultório, mas d'A Criança, presença que remete à origem, para sempre perdida, irresgatável, de todo sujeito. Como diz François Ansermet (1994), "a criança encarna um real que a excede" (p.16). Assim, alguém da prática clínica, a criança analisante reatualiza a Criança Real, convocando reações, sintomas, atos... que podem variar desde uma clínica que se faz exclusivamente com crianças até a desvalorização, a negação da possibilidade de uma psicanálise de crianças. Citemos ainda Ansermet: "O analista (...) se acha confrontado com (...) a inquietante questão do real carregado pela criança" (p. 17)" (Bernardino, p. 60)

Ao falar de horror, a autora faz surgir o fascínio. Como deves ter notado, leitor, estas duas palavras acompanham todo o escrito, aparecendo como efeito dos encontros narrados. Bernardino propõe uma torção entre esses dois conceitos, situando-os ambivalentes e intrinsecamente amalgamados; são, de fato, dois lados da mesma moeda. O que acontece quando há um acidente grave em alguma rodovia? Uma fila de carros se forma, fascinados pelo horror que a imagem de corpos sem vida produz. Não é numa relação de oposição que estes conceitos se entrelaçam, nem numa relação de continuidade; mas, ainda assim, é numa relação de oposição que sustenta e porta continuidade.

Nas sessões com Gabriel, recorro do interesse das pessoas que encontrávamos, pela cena que se passava, por aquele menino desajeitado que brincava de um jeito tão diferente. Ele fascinava, por assim dizer. Recorro dos rostos curiosos na sacada dos andares superiores quando estávamos, eu e Gabriel, a brincar no estacionamento; das perguntas e sugestões de desconhecidos que me eram dirigidas nos corredores a respeito do menino. Como diz Bernardino, ao mesmo tempo Gabriel produzia horror e fascínio em quem estivesse ao seu redor.

Lembro-me de uma sessão em que estávamos andando pelo estacionamento da clínica e topamos com uma Kombi estacionada, com as portas abertas, os donos nos bancos dianteiros, conversando e tomando um vento. Gabriel, sem cerimônia, foi entrando na Kombi, sentando-se num banco, passando a mão pelos estofados, sujando todo o interior com terra e baba.

Eu tentava, então, tirá-lo dali. Primeiro com palavras, depois junto com o movimento do meu corpo. Explicava que o carro não era nosso, que não tínhamos sido convidados, que tínhamos que perguntar antes de entrar. Estava difícil; o corpo de

Gabriel era quase mais forte do que o meu, e sua vontade de ficar naquele espaço era enorme. Eu convocava os donos da Kombi a falarem com Gabriel, a lhe dizerem o porquê não podíamos ficar ali dentro; apresentava-lhes o menino, falando de toda a sua curiosidade com carros diferentes. Mas não vinha nenhuma palavra. Olhei-os, então, para tentar lhes encorajar a fazer contato; fosse para lhe dar um xingão ou para autorizar a visita. Nos seus rostos, uma genuína expressão de horror, mesclada com um interesse para ver o que ele faria em seguida, como eu o tiraria dali.

Sáímos da Kombi, Gabriel e eu, depois de certo tempo de entrave. Nesse tempo, só a minha voz exasperada e os sons de Gabriel ressoaram pelas estruturas metálicas do veículo. E o eco de um horror que petrificava, cimentando a condição de autista.

Leda Bernardino, ao falar sobre a relação do analista com a criança, aponta que o encontro entre os dois reatualiza no adulto algo que remete à sua própria origem perdida, o que ficou para trás, mas que ainda produz efeitos. Ao tomar de empréstimo a noção de que toda criança encarna um real que a excede, a autora situa a própria infância como produtora de horror e fascínio, o que nos ajuda a pensar em termos de estrutura psíquica. Se toda criança transborda real – mesmo aquelas que já passaram pelo processo de recalque e estão inseridas no mundo do simbólico –, o que dizer das que estão, de fato, no campo do real, sem conseguir convite ou acesso a outra possibilidade de estruturação pela via do imaginário e do simbólico? Como pensar os efeitos que se manifestam no outro quando do encontro com o excesso de real a que está inserida uma criança nessas condições? Como pensar o contato com o *puro corpo*?

A noção de horror e fascínio parece advir daí. Decorre do real que a criança encarna, e por isso esse efeito é intensificado quando do encontro com sujeitos não inseridos no mundo do simbólico, das representações, das palavras. Quando o contato proposto pela criança passa quase exclusivamente pelo real do corpo, o excesso de real que toda criança porta transborda, convocando o nosso horror como resposta a esse desenlace, a essa precária humanização.

Se este real carrega algo de insuportável, produzimos exclusão frente a ele. Respondemos com exclusão, expulsando aquilo que nos beira o insuportável. De alguma forma, reproduzimos na relação com essas crianças a exclusão que caracteriza a sua condição psíquica. Não por acaso, estes sujeitos acabam ficando sem lugar de acolhida; as instituições também se tomam pelo horror e pelo fascínio, e muitas vezes

respondem com exclusão – a mesma exclusão a que eles estão expostos, fora do laço social e da linguagem. O (não)lugar que o sujeito habita psiquicamente produz efeitos de (não)lugar no laço social. De alguma forma, os efeitos se entrelaçam e se duplicam.

Quando respondemos com horror e fascínio, devolvemos a recusa ao laço e congelamos o sujeito na pura imagem, não oferecendo a possibilidade de deslizamento. Pois quando a direção de tratamento é a construção de laço com o mundo, não seria o caso de trabalharmos justamente na direção contrária? Como fazer para responder de outro modo que não em espelho?

Palavras finais

Frente a essa pergunta, lembro-me de algumas outras cenas. Lembro-me das muitas reuniões do Núcleo da Infância em que nos debruçamos sobre o caso e pensamos no que Gabriel propunha com seu brincar desajeitado, planejando de que forma iríamos bancar para toda a equipe da Clínica as brincadeiras preferidas do menino. Lembro-me das pessoas que trabalhavam na secretaria, para quem eu nunca precisei explicar como acabamos entupindo a pia do banheiro ou o bebedouro do quarto andar nas sessões com Gabriel; ou, ainda, o motivo pelo qual o tanque se quebrou. Não, nenhuma explicação era necessária; Gabriel era atendido ali e o risco fazia parte dos atendimentos das crianças. Um novo tanque mais forte e mais resistente foi instalado para que Gabriel pudesse melhor brincar com água, uma banheirinha e uma mangueira foram compradas para os dias de verão.

Também recordo do contato institucional feito com o setor médico que divide o prédio com a Clínica; havia reclamações e sugestões em relação ao caso, que andava causando desconforto. A Clínica, no entanto, não hesitou em situar para eles as particularidades de Gabriel e as razões pelas quais estávamos conduzindo as sessões daquele modo diferente; deslocando o problema das brincadeiras de Gabriel para o desconforto sentido por eles.

Também a equipe de limpeza e de segurança do prédio, que sempre procurava pelo menino nos dias dos atendimentos para tentar puxar conversa, sabendo que ele normalmente chegava antes do horário. Não eram raros os dias em que eu encontrava Gabriel já brincando com alguma profissional da limpeza, ou com a menina que cuidava

do estacionamento. *Gabriel, enfim, era dali*: aos poucos, foi cavando seu lugar ali na Clínica, encontrando uma superfície de inscrição que comportava seu traço, seu jeito de estar no mundo. Isso não excluiu os efeitos de horror e de fascínio; eles continuam lá, há momentos onde eles voltam a aparecer de modo muito cru (cruel) no contato com o menino. No entanto, me parece que o movimento institucional é de acolhida, podendo oferecer e sustentar um lugar de filiação para Gabriel.

A Clínica da UFRGS, de algum modo, conseguiu produzir um lugar terceiro na relação com Gabriel. O terceiro, em psicanálise, é quem quebra a relação de especularização, abrindo caminho para o simbólico. Acaba com a possibilidade de engolfamento causada pela relação dual, que porta o risco do congelamento, da totalização. O terceiro rompe com a captura da imagem; abre espaço para a polissemia de sentidos, para o deslizamento. *Faz deslizar a imagem*.

Parece-me, leitor, que a possibilidade de não responder através do espelhamento que estes casos convocam é conseguir criar um lugar terceiro, desde onde escutar, brincar, intervir. Um lugar desde onde seja possível provocar deslizamentos. Por mais que a direção de tratamento seja, em alguns casos, a de recriar inicialmente a alienação produzida pela relação dual, isso não significa que a nossa posição seja a de espelho. Há que se produzir a falta, o *intervalo*. Pois, como diz Alba Flesler, “*O intervalo é uma franca doação de castração que o Outro outorga à existência do sujeito. (...) Cada tempo de existência acarreta uma passagem, implica uma redistribuição de gozo, uma recriação da falta.*” (Flesler, 1990, p. 182).



Aqui, querido leitor, chegamos ao fim. Fim deste Trabalho de Conclusão de Curso, fim de um percurso acadêmico, fim do meu trabalho com Gabriel. Impossível não sentir o anúncio da ruptura, da quebra de uma continuidade – que nunca foi contínua. É um fim curioso, esse: um fim com gosto de começo. Pois não há maior começo do que este que diz de uma passagem, de um novo percurso, de uma nova posição. O intervalo e a ruptura parecem produzir a descontinuidade necessária para a falta, para a alteridade. E o que faz faltar produz angústia, mas produz começo. *Produz passagem*.

Referências

BERNARDINO, L. **O psicanalista e a criança.** Disponível em: http://agalma.com.br/wpcontent/uploads/2014/09/o_desejo_psicanalista_e_a_crianca.pdf. Acesso em: 21 nov. 2014.

CHEMAMA, R. **Dicionário de Psicanálise.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

FENDRIK, S. I. **Ficção das Origens: contribuição à história da teoria da psicanálise com crianças.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

FLESLER, A. **Os tempos do sujeito.** In: Da infância à adolescência: os tempos do sujeito. Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre – Vol. 1, n. 1. Porto Alegre: APPOA, 1990.

FREUD, S. (1911) **Formulações sobre os dois princípios do funcionamento mental.** In: Obras Completas, Vol. 12. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

FREUD, S. (1919) **O Estranho.** In: Obras Completas, Vol. 17. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

FREUD, S. (1920) **Além do Princípio do Prazer.** In: Obras Completas, Vol. 18. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

JERUSALINSKY, A. N. **A escolarização de crianças psicóticas.** In: Psicanálise e desenvolvimento infantil: um enfoque transdisciplinar. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2010.

JERUSALINSKY, J. **A criação da criança: brincar, gozo e fala entre a mãe e o bebê.** Salvador: Ágalma, 2011.

LACAN, J. (1966). **O estádio do espelho como formador da função do eu.** In Lacan, J. (1966). Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar (p. 96 – 103).

LAPLANCHE, J., PONTALIS, J-B. **Vocabulário da psicanálise.** Santos: Martins Fontes, 1977.

RODULFO, R. **O brincar e o significante: um estudo psicanalítico sobre a constituição precoce.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

SAMI-ALI. **Corpo real, corpo imaginário.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.